

**LEI Nº 689 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**AUTORIZA O PAGAMENTO DO  
INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL  
AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE  
SAÚDE – ACS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Baixo-CE, **LÚCIO ALVES BARROSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal Brasileira, em amparo ao disposto na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos à espécie, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, anualmente, o Incentivo Financeiro Adicional aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), conforme previsto na Lei Federal nº 12.994/2014, na Lei nº 13.708/2018 e nas normas complementares editadas pelo Ministério da Saúde.

**Art. 2º.** O Incentivo Financeiro Adicional corresponderá ao valor integral do piso salarial nacional dos ACS, devendo ser pago em parcela única anual, na forma definida pelo Ministério da Saúde e pelo Fundo Nacional de Saúde.

**Art. 3º.** O Poder Executivo fica autorizado a complementar, com recursos próprios, o valor do Incentivo Financeiro Adicional sempre que o repasse federal não for suficiente para assegurar o pagamento integral do incentivo a todos os Agentes Comunitários de Saúde em efetivo exercício no Município.

**§1º.** O Incentivo Financeiro Adicional, inclusive a parcela complementada pelo Município, possui natureza indenizatória, será pago em parcela única anual e não se incorporará à remuneração do servidor, nem gerará reflexos trabalhistas, previdenciários ou de qualquer outra natureza.

**§2º.** A complementação municipal prevista no caput destina-se exclusivamente à garantia de pagamento do incentivo no valor correspondente ao piso nacional vigente para todos os agentes.

**Art. 4º.** Terão direito ao Incentivo Financeiro Adicional apenas os Agentes Comunitários de Saúde que estiverem em efetivo exercício de suas funções ao longo do ano, sendo o valor devido proporcional ao período efetivamente trabalhado, excluídos aqueles que tenham permanecido afastados ou licenciados em qualquer momento do exercício, ainda que parcialmente.

**Parágrafo único.** Para fins do disposto neste artigo, considera-se efetivo exercício a atuação regular e contínua nas atividades inerentes ao cargo, não se computando períodos de afastamento, licença ou suspensão do exercício funcional.

**Art. 5º.** Fazem jus ao Incentivo Financeiro Adicional somente os profissionais que estiverem em pleno exercício de suas funções na data do pagamento.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO**  
**ESTADO DO CEARÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 6º.** O Incentivo Financeiro Adicional possui natureza transitória e eventual, não podendo ser incorporado ao vencimento, nem utilizado como base para cálculo de vantagens ou contribuições.

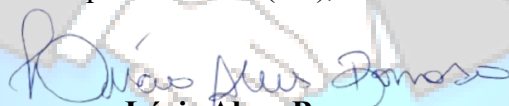
**Art. 7º.** O pagamento do incentivo será devido enquanto existir o correspondente repasse anual do Ministério da Saúde, ficando mantida a possibilidade de complementação municipal para garantir a integralidade do valor devido aos profissionais.

**Art. 8º.** Fica autorizado ao Poder Executivo regulamentar esta Lei, no que couber.

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal, podendo ser suplementadas, se necessário, observadas as demais legislações pertinentes.

**Art. 10º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário no que couber.

Prefeitura Municipal de Baixo (CE), 15 de dezembro de 2025.



**Lúcio Alves Barroso**  
**Prefeito Constitucional**



**Baixo - CE**  
15 de Setembro de 1856